

Formação Profissional em Gestão de Projectos e Gestão da Informação do Conhecimento nas Organizações.

Aptidões e competências técnicas

Nos domínios da Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural, de Instrumentos de Análise e Avaliação das Políticas, de Gestão de Informação.

Formação Profissional nestes domínios.

Aptidões e competências informáticas

Competências em Informática (Word, Excel, Access e PowerPoint) adquiridas por Formação Profissional e aprofundadas no contexto profissional.

12 de Dezembro de 2007. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Autoridade para as Condições de Trabalho

Despacho n.º 1118/2008

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º da Portaria n.º 1294-D/2007, de 28 de Setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 326-B/2007, de 28 de Setembro, os Centros Locais da Autoridade para as Condições do Trabalho, são serviços desconcentrados, dirigidos por um director, cargo de direcção intermédia de 1º grau.

Considerando que se encontra vago o lugar de director do Centro Local de Lisboa Ocidental, previsto na alínea *n*) do n.º 4.2 do artigo 1º da mencionada Portaria n.º 1294-D/2007, de 28 de Setembro, torna-se agora necessário assegurar as funções de direcção e de coordenação daquela unidade orgânica.

Considerando que o Licenciado José Ventura Bispo Lourenço, Inspector Superior Principal do quadro do ex-Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, reúne as condições de competência técnica e aptidão necessárias para o exercício das referidas funções, como decorre da nota curricular anexa ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20º e 27º, conjugados com os n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21º, todos da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com o n.º 5 do artigo 2º e artigo 9º, ambos do Decreto-Lei n.º 326-B/2007, de 28 de Setembro, nomeio, em regime de substituição, o Licenciado José Ventura Bispo Lourenço para exercer o cargo de Director do Centro Local de Lisboa Ocidental, concedendo-se desde já autorização para optar pelo vencimento da sua categoria de origem, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 31º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

1 de Outubro de 2007. — O Inspector-Geral do Trabalho, *Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho*.

Nota curricular

Nome: José Ventura Bispo Lourenço
Data de Nascimento: 27.12.1947
Naturalidade: Atalaia, Gavião, Portalegre
Estado: Divorciado
Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito
Frequência da Pós-Graduação em Direito de Macau
Frequência do Mestrado em Direito de Trabalho

Perfil Profissional:

Inspeção-Geral do Trabalho (1979/1982)
Estagiário
Subinspector do Trabalho
Inspector de Saúde (1982/1991)
Inspector de Saúde de 2º/Inspector Superior Principal
Comissão de Serviço na Inspeção do Trabalho de Macau (1991/1996)
Chefe de Divisão
Chefe de Departamento

Inspeção-Geral do Trabalho
Delegado na Delegação de Santarém (1996/1997)
Delegado da Área Inspectiva na Delegação de Lisboa (1997/2003)

Participação em Grupos de Trabalho para negociação dos:

Acordo de Emigração entre Ucrânia e Portugal
Acordo de Emigração entre Cabo Verde e Portugal
Acordo de Emigração entre Moldávia e Portugal
Acordo de Emigração entre a Rússia e Portugal
Acordo de Emigração entre a Eslováquia e Portugal
Acordo de Emigração entre a Roménia e Portugal
Integrou o Conselho Institucional do Instituto das Lojas do Cidadão em representação do IDICT

Despacho n.º 1119/2008

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º da Portaria n.º 1294-D/2007, de 28 de Setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 326-B/2007, de 28 de Setembro, os Centros Locais da Autoridade para as Condições do Trabalho, são serviços desconcentrados, dirigidos por um director, cargo de direcção intermédia de 1º grau.

Considerando que se encontra vago o lugar de director do Centro Local do Ave, previsto na alínea *a*) do n.º 4.2 do artigo 1º da mencionada Portaria n.º 1294-D/2007, de 28 de Setembro, torna-se agora necessário assegurar as funções de direcção e de coordenação daquela unidade orgânica.

Considerando que o Licenciado Miguel Alexandre de Aguiar Berbereia Costa, Inspector Superior do quadro do ex-Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, reúne as condições de competência técnica e aptidão necessárias para o exercício das referidas funções, como decorre da síntese curricular anexa ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20º e 27º, conjugados com os n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21º, todos da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com o n.º 5 do artigo 2º e artigo 9º, ambos do Decreto-Lei n.º 326-B/2007, de 28 de Setembro, nomeio, em regime de substituição, o Licenciado Dr. Miguel Alexandre de Aguiar Berbereia Costa para exercer o cargo de Director do Centro Local do Ave.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

1 de Outubro de 2007. — O Inspector-Geral do Trabalho, *Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho*.

Nota curricular

Dados Pessoais

Miguel Alexandre de Aguiar Berbereia Costa
Filiação: filho de Luís Carlos Berbereia Costa e de Maria Eduarda Félix de Aguiar Berbereia Costa
Naturalidade: freguesia de Azurém, concelho de Guimarães
Nacionalidade: Portuguesa
Data de Nascimento: 13-12-1966
Bilhete de Identidade n.º: 7393132, emitido em 08-03-2004 pelo Arq. de Ident. de Lisboa

Habilitações académicas

Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde 11-12-1990, com a classificação final de 11 valores.

Pós-Graduado em Direito do Trabalho pela Fac. de Direito da Universidade de Coimbra, desde 24-04-2004, com a classificação final de BOM (15 valores).

Percurso profissional

Exerceu funções docentes, no Ensino Secundário, nos anos lectivos de 1990/91 e 1991/92, no Colégio Egas Moniz, em Guimarães.

Exerceu a Advocacia entre Outubro de 1992 e Novembro de 1996.

Exerceu funções de Técnico Superior (Jurista) no quadro da Secretaria Regional da Educação e Cultura (Região Autónoma dos Açores) — Direcção Regional da Educação — Direcção de Serviços de Recursos Humanos, de 15-10-1992 a 04-12-1996.

Exerce funções de Inspector do Trabalho, da carreira de Inspeção Superior no quadro do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT), desde 05-12-1996, possuindo actualmente a categoria de Inspector Superior.

Outras funções profissionais de relevo

Exerceu as funções de Presidente de Júri em processos de recrutamento e selecção para admissão de pessoal administrativo para os quadros do ex-IDICT.

Exerceu funções de Orientador Pedagógico de um Estágio de Formação para ingresso na carreira de Inspeção Superior, em 2001 e 2002.

Exerceu regularmente funções de coordenação do serviço inspectivo da Delegação do IDICT e I.G.T. de Guimarães, nas ausências e impedimentos do seu dirigente, desde o ano de 1999.

Trabalhos relevantes

Elaborou, no âmbito do curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho, um trabalho de investigação subordinado à temática “A Compatibilização da vida profissional e familiar no actual contexto normativo jus-laboral”.

Despacho n.º 1120/2008

Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 1294-D/2007, de 28 de Setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 326-B/2007, de 28 de Setembro, os Centros Locais da Autoridade para as Condições do Trabalho, são serviços desconcentrados, dirigidos por um director, cargo de direcção intermédia de 1.º grau.

Considerando que se encontra vago o lugar de director do Centro Local de Lisboa Oriental, previsto na alínea *m*) do n.º 4.2 do artigo 1.º da mencionada Portaria n.º 1294-D/2007, de 28 de Setembro, torna-se agora necessário assegurar as funções de direcção e de coordenação daquela unidade orgânica.

Considerando que a Licenciada Maria de Fátima Cameirão Ramalho Pisco, Inspectora Superior do quadro do ex-Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, reúne as condições de competência técnica e aptidão necessárias para o exercício das referidas funções, como decorre da nota curricular anexa ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º, conjugados com os n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º, todos da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com o n.º 5 do artigo 2.º e artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 326-B/2007, de 28 de Setembro, nomeio, em regime de substituição, a Licenciada Maria de Fátima Cameirão Ramalho Pisco para exercer o cargo de Directora do Centro Local de Lisboa Oriental.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

1 de Outubro de 2007. — O Inspector-Geral, *Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho*.

Nota Curricular

Maria de Fátima Cameirão Ramalho Pisco, casada, 40 anos, licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1991); com pós-graduações em Direito do Trabalho, pelo Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2002), em Tradução na variante de Inglês/Francês, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1995), em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1993). Frequentou diversos cursos de formação — nomeadamente um Seminário de Alta Direcção — Lei n.º 2/2004, realizado em 2004, pelo INA — e participou em ciclos de estudos, congressos, conferências, seminários, colóquios jornadas e encontros sobre temas da área das condições gerais de trabalho, segurança higiene e saúde no trabalho e outros conexos com as actividades desenvolvidas, nomeadamente formação de formadores, informática na óptica do utilizador e para dirigentes, o direito do trabalho, a segurança e saúde no trabalho nos mais diversos aspectos e sectores (construção civil, máquinas e equipamentos de trabalho, organização do trabalho, riscos profissionais, organização dos serviços de prevenção nas empresas, acidentes de trabalho e doenças profissionais). Frequentou Actualmente é inspectora superior do quadro de inspeção superior do ex-IDICT/IGT na Subdelegação do Barreiro da IGT — Inspeção-Geral do Trabalho, onde exerce funções de Subdelegada desde 2003. Ingressou em 5 de Dezembro de 1996 no Ministério para a Qualificação e o Emprego na carreira de inspector superior; em 14 de Agosto de 1998 foi nomeada inspectora do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho; em 22 de Setembro de 2001 foi nomeada inspectora principal do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho; em 16 de Maio de 2007 foi nomeada inspectora superior do quadro de pessoal do ex-IDICT/IGT. Coordenou várias acções inter-regionais da IGT no âmbito da construção civil (2001-2002), nos centros comerciais e hipermercados (2000). Integrou vários grupos de trabalho, nomeadamente, para a revisão da legislação sobre agências privadas de colocação

(2006-2007), para preparação de formação em Segurança na Construção (2004), com o INTEFP — Instituto Nacional do Trabalho, Emprego e Formação Profissional de França, num projecto de formação relativo à aplicação da metodologia da “árvore das causas” na realização de inquéritos de acidente de trabalho (2004), para reformulação da página Web da IGT, sobre matérias relativas à prevenção de riscos profissionais (2003), no “EURO 2004/Estádios de Futebol”, para acompanhamento da construção do novo estádio do Sport Lisboa e Benfica (2001-2003). Monitorou diversas acções de formação, nomeadamente, para inspectores do trabalho sobre “Segurança na Construção” (2004), sobre “Sinistralidade laboral no sector da construção” — curso de “Coordenação de Segurança” da Universidade Lusófona de Lisboa (2004), sobre “Análise e investigação de acidentes de trabalho” — curso “Segurança no trabalho da construção — gestão e coordenação”, do Centro Rodoviário Português (2003), sobre “O direito ao repouso enquanto factor de desenvolvimento social e de equilíbrio pessoal”, no Estágio de Formação Inicial para a carreira de Inspectores do Trabalho (2001). Orientou e coordenou estágios de formação, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública (2006-2007) e para ingresso na carreira de inspector superior do trabalho (2006). Apresentou comunicações em representação da Inspeção-Geral do Trabalho, em seminários e encontros sobre matérias relacionadas com a segurança e saúde no trabalho. Representou internacionalmente a Inspeção Geral do Trabalho, no dia temático da Conferência organizada pelo Comité de Altos Responsáveis das Inspeções de Trabalho da União Europeia (CARIT) sobre trabalho precário e ilegal e as suas implicações (2003) e na *IALI International Conference* — “Labour Inspection priorities in the new millenium”, em colaboração com a OIT, Croácia (Maio de 2000).

Casa Pia de Lisboa, I. P.

Despacho (extracto) n.º 1121/2008

Por deliberação do Conselho Directivo da Casa Pia de Lisboa, de 17/12/2007, Marco Paulo Abreu Pinto, nomeado na carreira Técnica Superior de Serviço Social, em regime de Comissão de Serviço Extraordinária, pelo período de um ano, ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro (isento de visto do Tribunal de Contas).

20 de Dezembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *Alvaro Eduardo da Costa Amaral*.

Despacho (extracto) n.º 1122/2008

Por deliberação do Conselho Directivo da Casa Pia de Lisboa, de 17/12/2007, Maria Cândida Paquete Cacholas, nomeada na carreira de Assistente de Acção Educativa, em regime de Comissão de Serviço Extraordinária, pelo período de um ano, ao abrigo do n.º 2, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro (isento de visto do Tribunal de Contas).

20 de Dezembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *Alvaro Eduardo da Costa Amaral*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1123/2008

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de enfermeiro-director do conselho de administração do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro — Rovisco Pais, o licenciado António Jorge de Paiva e Lemos, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008.

21 de Dezembro de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

António Jorge de Paiva e Lemos Data de nascimento — 7 de Outubro de 1953 Naturalidade — S. Pedro de Alva, Distrito de Coimbra Estado Civil — Casado, 2 filhos Inscrito na O.E. cédula profissional 2-E-21007.